

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

THOUGHTS ON GENDER AND SEXUALITY

Luis Maia

Licenciado em Filosofia e Mestre em Direito, com especialização em Direitos Humanos. Vice-Decano dos Assuntos Acadêmicos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)

Recebido: 10 de junho de 2018

Aceito: 16 de outubro de 2018

Publicado: 17 de novembro de 2018

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Luis Maia*

Resumo: O presente artigo constitui um recorte de uma investigação realizada pelo Centro de Investigação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, que tem como objetivos: compreender como o género e a sexualidade, por meio dos veículos formais de difusão da informação (revistas, jornais e etc.), são difundidos na sociedade timorense; estudar as concepções acerca do género e da sexualidade, por meio da análise das teorias desenvolvidas pelas Ciências Humanas e pela Filosofia. Considerando isso, neste artigo, apresento alguns conceitos acerca da sexualidade, sexo e género, bem como introduzo uma discussão sobre a necessidade de uma política de educação sexual.

Palavras-chave: Filosofia; género; sexualidade; educação.

THOUGHTS ON GENDER AND SEXUALITY

Abstract: This article is a part of an investigation conducted by the Research Centre of the Faculty of Philosophy and Human Sciences of the National University Timor Lorosa'e, whose objectives are: to understand how gender and sexuality, through the formal vehicles of diffusion of the information (magazines, newspapers and etc.) are disseminated in Timorese society; to study conceptions about gender and sexuality, through the analysis of the theories developed by the Human Sciences and Philosophy. Considering this, in this paper, I present some concepts about sexuality and gender, as well as introducing a discussion about the need for a sexual education policy.

Keywords: Philosophy; gender; sexuality; education.

Este estudo faz parte de um projeto mais amplo desenvolvido no Centro de Investigação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Como objetivos das investigações realizadas no âmbito do Centro destaco a compreensão das maneiras como

* Licenciado em Filosofia e Mestre em Direito, com especialização em Direitos Humanos, exerce atualmente funções como docente e Vice-Decano dos Assuntos Acadêmicos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). <https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.3.82>

o género e a sexualidade são difundidos por meio de revistas e jornais. De igual modo, procuramos estudar as concepções acerca do género e da sexualidade humana, por meio da análise das teorias desenvolvidas pelas Ciências Humanas e pela Filosofia. Entretanto, no momento, apresento um recorte desta pesquisa abrangente onde abordo alguns conceitos acerca da sexualidade, sexo e género, bem como introduzo uma discussão sobre a necessidade de uma política de educação sexual.

Pensar o género e a sexualidade é pensar sobre a própria existência humana, pois, ambos são parte intrínseca de todo o ser. O homem é um dos objetos do estudo da filosofia e a filosofia é um saber sinóptico; ou na visão platónica uma visão de conjunto, um objeto da totalidade das coisas divinas e humanas e uma reflexão às nossas práticas. A filosofia é uma reflexão conceitual da sexualidade; é um saber específico do género; é uma reflexão abstrata às humanidades e um saber holístico sobre a existência da vida humana.

Segundo Valcarcel (1997, p. 76), o sexo prossegue “a ocupar o seu lugar nas diversas e ainda divergentes concepções do mundo”. Estas diferentes concepções de género produzem expectativas e resultados que são distintos para mulheres e homens. O conhecimento da identidade sexual e do género torna-se, por isso, imprescindível, sobretudo quando as famílias, unidade basilar no alicerce de conhecimentos fundamentais, muitas vezes não possuem clareza sobre o assunto por falta de conhecimento, por constrangimentos culturais e religiosos ou por falta de tempo.

A identidade de género é uma expressão que se desenvolveu a partir da década de 1960. Segundo Stoller (1993, p. 28), essa expressão pretende dar sentido à “masculinidade e feminidade encontradas em todas as pessoas em formas e graus diferentes”. A ideologia da identidade do género apresenta diferentes perspetivas do mundo. Em Portugal, por exemplo, a Lei 38/2018, de 7 de agosto, determina o direito à autodeterminação, à expressão e à proteção do género, bem como as características sexuais de cada pessoa. No Brasil, o debate sobre a ideologia da identidade do género foi introduzida nos anos 80 com os movimentos de direitos dos homossexuais, travestis e mulheres.

No contexto de Timor-Leste, nos últimos anos, após a sua independência em 2002, é possível afirmar que está a crescer o debate acerca da identidade de género. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção

dos Direitos, da Secretaria de Direitos Humanos, por via da Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no mês de março de 2015 (Nações Unidas, 2015), orientou as escolas e as universidades para que garantam o acesso e o reconhecimento de estudantes em suas dependências de acordo com sua identidade de gênero. Este documento não só reconhece socialmente a identidade de gênero, como é um estímulo para a sua proteção.

Conforme Stoller (1993), a definição do sentido da identidade de gênero está relacionada a cinco fatores:

1 – Uma força biológica: originando-se na vida fetal e comumente genética em sua origem, esse efeito – tanto quanto se sabe – emerge da organização neurofisiológica (sistema nervoso central) do cérebro fetal;

2 – A designação do sexo no nascimento: a mensagem que aparência dos genitais externos do bebê leva àqueles que podem designar o sexo – o médico que esta atendendo e os pais e os efeitos inequívocos subsequentes desta designação para convencê-lo do sexo da criança;

3 – A influência incessante das atitudes dos pais, especialmente das mães, sobre o sexo daquele bebê, e a interpretação destas percepções por parte do bebê – pela sua capacidade crescente de fantasiar – como acontecimentos, isto é, experiências motivadas, significantes;

4 – Fenômenos ‘biopsíquicos’: efeitos pós-natais precoces causados por padrões habituais de manejo do bebê – condicionamento, ‘imprinting’ outras formas de aprendizagem que, nós imaginamos, modificam permanentemente o cérebro do bebê e o comportamento resultante, sem que os processos mentais do bebê o protejam deste ‘imput’ sensorial. Esta categoria está relacionada com o item 3; ela é listada separadamente por uma questão de ênfase, e para distingui-la dos processos mentais (também resultado das influências dos pais) com os quais nós estamos mais familiarizados, tais como a ansiedade de castração;

5 – O desenvolvimento do ego corporal: a miríade de qualidades e quantidades de sensações, especialmente dos genitais, que definem o físico e ajudam a definir as dimensões psíquicas do sexo da pessoa, confirmando, assim, para o bebê as convicções dos pais a respeito do sexo de seu filho. (Stoller, 1993, pp. 29-30).

Considera-se que os fatores genéticos podem contribuir para a identidade das pessoas mas, também, que a definição da identidade de género necessita de uma abordagem múltipla que envolve conceitos pessoais, sociais e legais. A identidade de género diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, aos comportamentos e aos papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres.

O uso do termo género pode contribuir para uma definição das origens de identidades pessoais de homens e mulheres. Conforme Scott (1990; 1998), ao falarmos sobre a condição feminina é também cogitar sobre as mulheres e, de igual modo, pronunciar-se acerca das condições do masculino, é cogitar acerca dos homens. A utilização do conceito de género pretende definir e consolidar uma noção, relativamente à diferença e o valor entre o uso do masculino e do feminino, pois ambos não são semelhantes. No senso comum, o género seria a designação de homens e mulheres. No entanto, estas noções fazem parte de uma construção social e cultural. O uso do conceito de género permite abandonar a explicação da natureza como responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade.

O conceito de género começou a destacar-se por volta da década de 1970 com as reivindicações e ações dos movimentos feministas. O movimento feminista é fruto de diversos conhecimentos, tanto da filosofia, história, sociologia, antropologia, ciências sociais e políticas. Simone de Beauvoir foi uma das inspiradoras deste movimento e a sua frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, foi largamente utilizada para justificar os aspectos sociais, políticos, históricos e culturais das definições sobre as mulheres. O estatuto das mulheres sempre foi encarado pelos homens como uma concepção subordinada e de inferioridade. Esta situação provocou a indignação de grupos feministas e movimentos de proteção dos direitos de grupos minoritários.

Pensar o género é facilmente pensar sobre a relação entre homens e mulheres. Os termos homens e mulheres remete-nos constantemente para uma definição do sexo, nomeadamente as diferenças dos sexos: “A diferença sexual não é a causa originária (...), mas, ela é mais uma estrutura social” (Scott, 1998, p. 15). O surgimento deste conceito, no fundo, serve para distinguir a dimen-

são biológica dos homens e das mulheres. Os dois são produtos da realidade social. O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos.

Scott argumenta que “o conceito do gênero foi criado para opor-se a um determinado dado biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social” (Scott, 1990, p. 5) e enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. O gênero seria um primeiro modo de concedermos significado às relações de poder e entender esta dinâmica significa “reconhecer que homem e mulher” são “ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes” (Scott, 1990, p. 19).

Para Bila Sorj (*apud* Rodrigues Junior, 2008), o conceito de gênero envolve duas dimensões, que se deve ler como:

A primeira, compreende a ideia que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é o produto social, apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao das gerações (Identidade masculina e sexual um trajeto, ...); a segunda dimensão envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social. (Rodrigues Júnior, 2008, p. 63).

Desta forma, a noção de gênero embora não seja universal, pode ser transmitida de uma geração para outra tornando-se coletivamente compartilhada através das culturas e da história. Na perspectiva de Machado (1992), o gênero não é uma categoria universal, mas suas definições são arbitrárias e estabelecidas num contexto social específico. Assim, então, ele pode desaparecer ou pode ser movediço, mutável e recobrir várias áreas de classificação. Contudo, a noção de gênero apresenta interferências das dicotomias feitas entre homens e mulheres. Segundo Scott (1998), o conceito de gênero não seria apenas uma construção da diferença entre os sexos, mas também forneceria sentidos a esta diferença.

O aprendizado acerca da sexualidade, deve fluir da questão clássica: o que é a sexualidade? No mundo vigente, a busca do conhecimento sobre a sexualidade é importante. Pensar a sexualidade é fácil, mas falar de sexualidade é difícil, apesar deste tema nos conquistar em variadas conjunturas que nos circundam.

A sexualidade, domínio intrínseco de todo o ser humano, é ainda hoje fonte de muitos tabus, mitos e desconhecimento. A ignorância de interpretação da sexualidade deve-se a constrangimentos culturais, religiosos, sociais entre outros.

Na cultura ocidental, é costume associar a sexualidade ao gênero. A sexualidade é vista frequentemente como o conjunto de práticas sensuais humanas culturalmente determinadas. Porém o gênero constitui uma construção social baseada em diferenciações sexuais, e o sexo, por sua vez, diz respeito à caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos. A sexualidade, conforme Durozini (1997) pode ser entendida como sendo o conjunto de fenômenos biológicos e psíquicos que estão ligados ao exercício das funções sexuais. Para Michel Foucault:

Asexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (Foucault, 2014, p. 115).

Para Foucault o sexo e as práticas sexuais se admitiam como parte do dispositivo da sexualidade que os controlavam. Por isso os papéis sexuais não afetam apenas as mulheres, mas também se faz sentir sobre os homens. O homem e a mulher “devem recalcar para serem reconhecidos como homem e mulher.” (Nolasco, 1995, p. 17). A sexualidade não pode ser separada da componente biológica. No entanto, a sexualidade apresenta toda uma variedade de estímulos e práticas que transcende as atividades e prazeres relacionados ao aparelho genital. Para Freud, a sexualidade constitui:

(...) a forma principal da pulsão de vida, e cuja inscrição no psiquismo constitui o objeto da psicanálise, começa desde o nascimento e exprime-se de modo diverso independentemente dos órgãos genitais, especialmente por meio da excitação das zonas erógenas; o seu desenvolvimento normal durante a infância passa por um certo de números estádios, caracterizado por um equilíbrio relativo e temporário a maturação da pulsão e atitudes do meio familiar e social. (*Apud* Durozoi & Roussel, 1997, pp. 348-349).

Uma pessoa nasce em circunstância de ignorância onde a educação e a formação que recebem contribui significativamente para a sua visão de mundo. Até mesmo por isso torna-se importante o ensino e a formação sobre a sexualidade. A educação sexual pode ocorrer a partir de distintos aspetos, tais como: a genética-humana, as características anatômico-fisiológicas, a reprodução humana, a violência, discriminação e o abuso sexual, as doenças sexualmente transmissíveis, as práticas sexuais, métodos contraceptivos, entre outros. A educação sexual visa contribuir para a construção equilibrada da mentalidade das pessoas, em geral, e dos jovens, em particular.

O ensino da educação sexual torna-se, desta forma, como uma das grandes preocupações de Timor-Leste, que deverá ser empreendido pelos pais, mães, professores(as), cientistas, políticos(as), líderes espirituais e por todos os profissionais envolvidos no processo educativo. A família deve ser o núcleo educacional desse tema. A família torna-se como a porta de horizonte do conhecimento sexual. A tese básica é que toda a família realiza a educação sexual das suas crianças e adolescentes. O resultado da educação sexual não pode cair em tabus ou em omissões, porque não se fala abertamente sobre esse assunto, por razões culturais ou religiosas. E essa dinâmica não se encerra em casa, mas cada vez mais, é levada para todos os ambientes da sociedade.

O tabu favorece o silêncio sobre a sexualidade. Este deve ser quebrado através da implementação da educação sexual nas instituições escolares. Os formadores devem apostar num compromisso sólido da educação sexual que envolva a família, a escola e a sociedade de forma mais ampla. Ambos, a família e a escola, são fundamentais para uma educação sexual sem preconceitos, tabus e que permita às crianças, aos jovens e aos adultos terem maior liberdade e responsabilidade nas suas escolhas e práticas.

REFERÊNCIAS

- Durozoi, A., & Roussel, A. (1997). *Dicionário de Filosofia*. Porto: Porto Editora.
- Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro-São Paulo: Paz & Terra.

Lei 38/2018 de 7 de Agosto – Direito à autodeterminação de identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa. *Jornal da República*, n.º 151/2018, Série I, pp. 3922 – 3924.

Machado, L. Z. (1992). Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: A. O. Costa, & C. Bruschini (Orgs.) *Uma questão de género*. São Paulo: Rosa dos Tempos, pp. 24-38.

Nações Unidas. (2015). *A Resolução n.º 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, da Secretaria de Direitos Humanos, no mês de março*.

Nolasco, S. A. (1995). A desconstrução do masculino: uma crítica à análise de género. In: S. A. Nolasco (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, pp. 15-29.

Rodrigues Júnior, O. M. (2008). *Identidade masculina e sexual*. São Paulo: Biblioteca 24 horas.

Scott, J. (1990). Género: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2), pp. 71-79.

Scott, J. (1998). *La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits de l'homme*, Paris: Ed Albin Michel.

Stoller, R. (1993). Masculinidade e Feminilidade: apresentações de género. Porto Alegre: Artmed.

Valcarcel, A. (1997). *La política de las mujeres*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Direitos Autorais (c) 2018 Luis Maia



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](#)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)